

# Fabrica-se um “novo português”?

## Uma análise discursiva de documentos da CPLP

*Diego Barbosa da Silva (UFF/CAPES/Arquivo Nacional)*

*Vera Lucia de Albuquerque Sant'Anna (UERJ)*

### **Resumo**

*Este trabalho expõe uma análise discursiva de declarações e resoluções emitidas pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com o propósito de identificar traços das políticas linguísticas para a promoção e difusão do português, difundidas nesta última década. Partimos da ideia de etos e polêmica (MAINGUENEAU, [1984] 2007) para identificar perfis de enunciadores, quais sejam: ufanista, defensor, apreensivo e idealista-apaziguador. Nos enunciados analisados, constatamos que essas diferentes imagens de si constroem uma aparente ideia de homogeneidade linguística, que tem como objetivo superar a heterogeneidade fundante da própria CPLP. Desse modo, polêmicas são silenciadas e podemos notar que está em construção um novo sentido de língua portuguesa, com força homogeneizante em contraposição a outro já em curso, que tem como base o processo social e histórico de gramatização e heterogeneização das línguas portuguesas nacionais.*

**Palavras-chave:** *política linguística; CPLP; promoção da língua portuguesa; etos; polêmica.*

## Introdução

Nesta última década, percebemos a intensificação de políticas a favor da promoção da língua portuguesa<sup>1</sup> como parte do movimento de internacionalização de línguas, originariamente europeias, tratadas como bens de consumo. Esse tratamento aquece os mercados culturais, garantindo divisas a alguns dos países que têm essas línguas como nacionais ou oficiais, tal como vem ocorrendo faz tempo com o inglês, o francês e, mais recentemente, o espanhol. Além disso, esse mercado vem representando significativas parcelas de divisas que ingressam nos países, por meio da venda de filmes, músicas, espetáculos, livros, materiais didáticos para o ensino da língua, cursos de idiomas, traduções, exames de proficiência, enfim, um conjunto de serviços que não estiveram no topo dos mais “vendáveis” no século passado. A imposição de pontos de vista majoritários sobre o que seja língua, seu ensino e sua difusão está centrada em modelo que garante a certas políticas linguísticas o papel de validadas, isto é, aquelas que possam dar contornos de atendimento ao mercado, no campo da difusão da língua. Portanto, políticas linguísticas compõem uma rede de interesses que envolvem não só o ambiente multilíngue global, como também complexas relações entre línguas e poder.

No caso do português, é preciso revisitar questões históricas que guardam memórias de ideias linguísticas sobre a língua do colonizador e os processos de contato com as do colonizado. Essa história pressupõe relações de dominação e uma proposição civilizatória que desconsidera, em princípio, que as pessoas se afetam mutuamente, em muitos aspectos, incluindo necessariamente o linguístico. A memória histórica do colonizador não costuma levar em conta que sua noção de colonização não faz dialogar

os diferentes sentidos produzidos na tensão resultante dos povos em contato, nem admite que a resistência das terras, dos povos e suas línguas possa criar raízes no seu próprio discurso de colonizador, levando-o a resignificar seu imaginário de forma a manter uma hegemonia (MARIANI, 2004, p. 23).

Esse esforço pela hegemonia contamina de tal modo a noção de língua nacional que seu resultado passa a definir rumos de políticas linguísticas a serem levadas adiante pelos Estados, nos quais a língua seja oficial. Neste artigo, nosso foco direciona-se para a compreensão de movimentos contemporâneos de reforço ou de enfraquecimento dessa tradição que compreende língua como sinônimo de hegemonia, de poder de uma determinada nação sobre outras, que assumem “a mesma língua” como nacional e/ou oficial. A configuração desses movimentos de acolhimento e afastamento no campo das ideias nos leva a tratá-los como uma polêmica, que tem como cerne da questão a construção de espaços enunciativos de poder que garantam a possibilidade de que se difunda a língua portuguesa como uma manifestação homogênea

<sup>1</sup> Entre essas políticas, ressaltam-se: a criação, pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC), da Comissão da Língua Portuguesa (COLIP) (2004-2007); a petição para que o português se torne língua oficial das Nações Unidas (2005); a inauguração do Museu da Língua Portuguesa (2006); a fundação, pelo Brasil, da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab) em Redenção, no Ceará (2010); a inauguração, pelo governo brasileiro, da TV Brasil Internacional (2010); o lançamento do Plano de Ação de Brasília para a expansão da língua (2010); intenção frustrada do MEC em criar, em 2005, o Instituto Machado de Assis (IMA), semelhante ao Instituto Camões de Portugal.

de povos muito distintos. Essa busca de homogeneidade, neste artigo, será observada em documentos emitidos pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), órgão que se propõe unir todos os países de tradição de uso da língua portuguesa como língua oficial. A CPLP define ações entre os membros do grupo e entre estes e as demais nações, entre essas ações encontram-se as direcionadas a políticas linguísticas. Por esse motivo, a CPLP constitui um espaço enunciativo de encontros e confrontos sobre a língua portuguesa. Entre os documentos produzidos pela CPLP, trabalhamos com os que discutem e formalizam decisões relacionadas à língua portuguesa. São resoluções e declarações que adquirem força jurídica e submetem todos os países signatários a essas decisões. Considerando que os textos do campo político-jurídico-normativo têm entre suas características as de se esforçarem por superar polêmicas e controvérsias, construir sentido unívoco, sem espaço para interpretações e equívocos, nesta pesquisa nos propusemos observar formas de construção dessa busca do homogêneo em Resoluções e Declarações da CPLP, a partir da análise da imagem de enunciador e de sua instituição discursiva, no que concerne a sentidos de língua portuguesa: que “novo português” é esse que a CPLP propõe em suas políticas, capaz de ser igual para todos os diferentes falantes que o utilizam como língua oficial?

Para desenvolver este trabalho, tomamos por base em particular a noção de etos e o princípio da interincompreensão constitutiva, tal como proposto por Maingueneau (2007 [1984]). Levamos em conta, ainda, que ter a discursividade como foco obriga a compreender a língua como instituída como interdiscurso, isto quer dizer que, ao observar a materialidade linguística, buscamos compreender sentidos que atravessam os enunciados a partir de marcas da enunciação que (re)definem o(s) modo(s) de dizer. O analista do discurso detém-se, então, naquilo que observa para perceber de que lugar fala aquele discurso, que posições discursivas se percebem como origem dos valores em circulação: os traços de “falar diferentemente falando a mesma língua” (FOUCAULT, 1986 [1969]) que situam os enunciadores em posições discursivas de embate ou de aliança, e os matizes que esses campos podem adquirir. Desse modo, é possível buscar processos discursivos que participam da construção de univocidade, capaz de superar a polêmica nos documentos de políticas linguísticas voltadas para a expansão do português. O caminho escolhido para este artigo é, portanto, o de identificar modos de construção de perfil(is) de enunciador que se apresentam em nome dessa univocidade e os sentidos que surgem da circulação desses perfis.

### **1. A CPLP e o enunciador que diz “o novo português”**

Entre os vários possíveis acordos específicos entre países, encontram-se as declarações, que criam princípios jurídicos ou

afirmam uma atitude política comum, e as resoluções, decisões de organizações internacionais, com caráter de norma obrigatória para os Estados-membros, independente de ratificação (MELLO, 2004). Desse modo, declarações e resoluções da CPLP que tratam da língua portuguesa podem ter observadas essas características a partir de traços linguísticos predominantes, tais como: redação em forma impessoal, com forte predomínio do uso do discurso indireto; preâmbulo que anuncia participantes, local e data do encontro, justificativas (incluídas por meio da forma verbal em gerúndio) e dispositivo a ser seguido/implementado; data e assinatura da maior autoridade de cada país presente à reunião, o que não implica relação de autoria, mas de responsabilidade legal e legítima. Entretanto, ao observar o modo de constituição do enunciador, algumas diferenças entre os documentos merecem registro: a resolução entendida como “recomendação ou ato jurídico unilateral e autônomo de um organismo internacional” (DINIZ, 2005) impõe ao Estado a obrigatoriedade da decisão ali registrada. Portanto, a discursividade impositiva será um traço a ser observado nesses documentos. As declarações, por sua vez, são usadas para consagrar ou afirmar posição comum de alguns Estados acerca de fatos determinados. Uma declaração, mesmo que não tenha a carga coercitiva de uma resolução, ganha importância semelhante, pois traça um norte e enumera princípios. A sua força impositiva, portanto, se constrói com alguma diferença da resolução, o que não as afasta do campo dos discursos jurídicos e do caráter legal que adquirem. Essas características são o apoio utilizado para a identificação de traços enunciativos que permitem uma aproximação aos elementos caracterizadores da(s) imagem(ns) de enunciador construída(s) nesses documentos, que vão dar pistas do entendimento de um “novo português” posto em circulação pela CPLP nesses textos.

Foram definidas como marcantes as imagens de enunciador *ufanista*, *defensor*, *aprensivo* e *idealista-apaziguador*, porque apontam posições de um enunciador que se apresenta como super. Isto é, um superenunciador<sup>2</sup> das declarações e resoluções da CPLP, acima das forças instituídas por cada Estado, no que diz respeito à língua portuguesa: não precisa de um fiador que crie relações com a empiria - aquela corporificação legitimadora, capaz de garantir uma fala/ação - (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008), o coenunciador dessas regras vai aderir a esse superenunciador porque se reconhece na sua super competência-(inter)discursiva. Os Estados-membros signatários estão, pois, recuperados nesse superenunciador que define o “novo português” para todos os membros da Comunidade. Cada um dos perfis ressalta traços que, ao final, voltam a se reunir: as múltiplas posições discursivas lhe permitem uma superinformação sobre o assunto em discussão e sobre modos de dizer esse assunto. E como uma imagem de si não exclui a outra, pois constituem, na verdade, posições de um

<sup>2</sup> Esse conceito foi construído na dissertação de mestrado em linguística de Diego Barbosa da Silva (2011) sob orientação de Vera Sant'Anna. Optamos por propor um enunciador de políticas da CPLP como super por passar uma imagem de super-memória e de super-competência (inter)discursiva, pautadas em marcas linguísticas, tais como: ausência de intertextualidade, uso de discurso indireto, enunciado não embebido e desligado do preâmbulo, verbos no presente não dêitico, ausência de referências ao próprio texto. Essas marcas produzem um efeito de enunciador privilegiado, como se tivesse o domínio sobre a verdade, que assume caráter universal, ampliando assim o poder imperativo da norma.

mesmo enunciador, as análises se centram na identificação dos traços que configuram instâncias enunciativas que são facetas de uma mesma entidade.

Foram selecionados para este artigo enunciados que permitem comentários analíticos sobre as imagens de si que o supereunciador constrói em seu discurso, organizados nos quadros 1 a 4. Os enunciados encontram-se nos seguintes documentos: (A) Resolução sobre a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa - 5ª Conferência (2004) / IX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2004); (B) Declaração sobre a Língua Portuguesa - 7ª Conferência (2008) / XIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2008); (C) Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo - XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (2009); (D) Resolução sobre o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa - 8ª Conferência (2010) / VI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros (2010).

## 2.1 O Enunciador ufanista

O enunciador ufanista é aquele que afirma o poder da língua portuguesa, de forma, muitas vezes, exagerada, mas também apaixonada. Para isso, ele retoma uma história gloriosa da língua portuguesa e traz algumas memórias do passado das conquistas portuguesas.

Quadro 1: Enunciador ufanista

Enunciados associados ao enunciador ufanista		Documento referente
1	Considerando a dimensão e a vocação internacional da Língua Portuguesa face aos desafios crescentes colocados pela globalização.	B
2	Reconhecendo a importância das culturas que se expressam em Língua Portuguesa, cujos valores fomentam a aproximação dos povos;	B
3	Considerando a crescente afirmação da Língua Portuguesa no diálogo internacional, ditada pela sua pertença a múltiplas matrizes geopolíticas;	B
4	O seu compromisso na concertação de programas que promovam, na cena internacional, o valor cultural e econômico do Português, designadamente através de projectos comuns suportados pelas tecnologias de informação e comunicação;	B
5	Reafirmaram que a Língua é um meio fundamental de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores comuns, numa perspectiva aberta e universalista.	C
6	A CPLP é uma Comunidade de mais duzentos milhões de pessoas que tem na língua comum uma marca da sua individualidade. A diversidade linguística e cultural é necessária para enriquecer a Humanidade e evitar fenómenos de massificação propícios à constituição de centros de poder político de participação muito reduzida.	C

O ufanismo se caracteriza por certos temas e o tratamento dado a eles, como por exemplo, seus modos de adjetivar, a utilização de hipérbolos e certos elementos lexicais. Esses traços linguísticos são utilizados pela propaganda ufanista na busca de adesão e, conseqüentemente, resulta no apagamento das polêmicas. O enunciador vangloria-se, atribui a si mesmo grandes méritos, sempre num sentido que extrapola, cria uma desmedida, podendo causar, inclusive, efeito de arrogância e vaidade.

Nesses enunciados, a língua portuguesa é apresentada como língua internacional, graças à dimensão e à vocação da própria língua. A dimensão internacional da língua portuguesa refere-se, do ponto de vista da empiria, ao pertencimento a diferentes e múltiplas matrizes geopolíticas, isto é, a língua portuguesa pertence a diversas regiões do globo e é falada, atualmente em quatro continentes – Europa, América, África e Ásia. Do ponto de vista da discursividade, observa-se que “a vocação internacional da própria língua” remonta a memórias que a colocam num patamar no qual não há discussão, logo não pode haver polêmica: ter vocação não é escolha, é destino, destino de ser língua de muitas ex-colônias, de muitos povos, do mundo.

Vocação, portanto, pode referir-se a uma disposição natural e espontânea, propensão, tendência. Uma língua caracterizada como tendo uma disposição natural ou propensão a ser internacional é considerar intrínseca à língua uma disposição para representar diversas identidades e conectar distantes culturas. Isso apaga, em certa medida, a marca de identidade nacional, a relação direta com um Estado e com uma comunidade que compartilha elementos de identidade e de cultura.

A afirmação de uma vocação internacional da língua portuguesa traz memórias que remetem à ideia de língua colonizadora, afinal como mostra a própria *Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (1996) “a língua portuguesa constitui, entre os respectivos povos, um vínculo histórico e um patrimônio comum resultantes de uma convivência multissecular”. Colonização linguística apagada em prol da convivência multissecular, para que seja possível colonização remeter a interdiscursos positivos sobre os motivos e a missão colonizadora portuguesa. Portanto, quando o enunciador ufanista enuncia “vocação” retoma um valor positivo de língua portuguesa, que aciona memórias discursivas que permitem recuperar nesse processo um discurso glorioso, potencializá-lo, e projetá-lo para o futuro como um discurso atualizado. Discurso e história criam, então, enlaces inseparáveis:

A relação com a história é dupla: o discurso é histórico porque se produz em condições determinadas e projeta-se no “futuro”, mas também é histórico porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos. Atua sobre a linguagem e opera no

plano da ideologia, que não é assim mera percepção do mundo ou representação do real (ORLANDI, 2008 [1990], p. 42).

Ufanar-se da vocação, resultado da história lida como destino, só pode ser permitido a um quase deus, um superenunciador, porque os destinos são desígnios divinos. Essa língua portuguesa e seu destino de ser grandiosa, porque desde sempre “o português nunca dorme”<sup>3</sup>, instaura um diálogo com outros discursos sobre outras línguas que pretendem ser internacionais e mundiais. O inglês, o francês e o espanhol se atribuem serem falados nos cinco continentes, o que provoca afirmativas semelhantes, como por exemplo, a de que “no Império Britânico o sol nunca se punha”<sup>4</sup>. Nessa competição entre línguas, existem muitas variáveis possíveis para compará-las, mas o enunciador ufanista tende a utilizar aquelas que apresentam maiores vantagens, aparentemente, para a língua portuguesa.

No ambiente caracterizado como guerra das línguas (CALVET, 2007), é comum os nacionalistas convictos utilizarem variáveis ou dados que aparentemente favoreçam sua língua frente às demais. Logo, essa não é uma característica restrita apenas ao enunciador ufanista de políticas linguísticas do português. Enquanto o enunciador que defende o francês preferirá dizer que sua língua é falada em 27 países, ao invés de dizer que é apenas a décima sexta mais falada em número absoluto de indivíduos; o enunciador defensor do alemão preferirá dizer que existem 114 ganhadores de língua alemã do prêmio Nobel, sendo 12 de literatura, ao invés de dizer que sua língua é falada apenas na Europa (LEWIS, 2009; PRÊMIO NOBEL, 2010).

O resultado desse modo de enunciar língua portuguesa tem como efeito uma homogeneidade de concepção: a língua falada nos nove países de língua oficial portuguesa constrói-se como se fosse a mesma. Mais do que a convergência entre os países, ressalta-se o apagamento das diferenças, da heterogeneidade, ao mesmo tempo em que se valoriza a homogeneidade no interior da comunidade e, como resultado, constrói-se a razão de ser da própria da CPLP. O enunciador ufanista justifica a existência da Comunidade e ignora os processos de descolonização linguística na formação de uma língua nacional, traço inerente à heterogeneidade fundante da CPLP, devido à diversidade de povos e culturas que têm o português como língua nacional ou oficial.

## 2.2 O Enunciador defensor

Definimos o enunciador defensor como aquele que defende a língua portuguesa de algo/alguém, que por sua vez constitui uma ameaça a suas aspirações.

<sup>3</sup> Essa frase foi proferida pelo Embaixador António Aguiar Patriota, atual Ministro das Relações Exteriores do Brasil no Governo Dilma (2011) durante a Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, realizada em Brasília entre os dias 25 e 30 de março de 2010, quando ainda era Secretário-Geral do MRE.

<sup>4</sup> Essa mesma afirmação também foi usada em referência ao império de Carlos V (1500-1558), rei da Espanha e Imperador do Sacro Império Romano, e ao de Felipe II (1527-1598), rei da Espanha de 1556 a 1598 e rei de Portugal de 1580 a 1598, sobre o Império Espanhol “El Imperio donde nunca se ponía el sol”. Fonte: História de España (HISTÓRIA SIGLO 20).

Quadro 2: Enunciador defensor

Enunciados associados ao enunciador defensor		Documento referente
7	A CPLP é uma Comunidade de mais duzentos milhões de pessoas que tem na língua comum uma marca da sua individualidade. <i>A diversidade linguística e cultural é necessária para enriquecer a Humanidade e evitar fenômenos de massificação propícios à constituição de centros de poder político de participação muito reduzida.</i>	C
8	<i>Defender a língua comum é uma forma de democratização do sistema internacional. É igualmente um meio de aumentar a influência conjunta da Comunidade, num momento de recomposição da distribuição do poder à escala global.</i>	C

Nos enunciados incluídos no quadro 2, percebe-se a tentativa de construção de uma defesa da identidade comum a todos os que falam o português, buscando coesão entre os luso-falantes. Tal iniciativa está centrada no campo da defesa e do ataque, que pode ser percebido porque o enunciador defensor tenta articular alianças contra uma oposição que “ataca” a língua portuguesa. A partir daí, o enunciador busca justificar os motivos para a sua defesa em difundir a língua portuguesa. Para isso, o enunciador lança mão de um tema que é imposto ao seu campo discursivo: o multiculturalismo/multilinguismo. De acordo com o cientista político Andrew Heywood (2010, p. 95), o termo multiculturalismo surgiu pela primeira vez no Canadá em 1965 “para descrever uma forma específica de se lidar com a questão da diversidade cultural”. Todavia, percebemos que o paradigma do multiculturalismo ganhou grande destaque no cenário político mundial nos anos 1990, relacionado à marginalização dos grupos e culturas minoritárias e à imigração, sobretudo na União Europeia. O autor nos alerta que o multiculturalismo deve ser compreendido como uma arena de debates, o que reforça seu potencial ideológico e polêmico, permitindo que venha a se constituir em uma fórmula (KRIEG-PLANQUE, 2010), entendida como “formulações (discursivas) que, pelo fato de serem empregadas em um momento e num espaço público dados, cristalizam questões políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo tempo, para construir” (idem, p. 9).

Desse modo, entendemos multiculturalismo/multilinguismo como uma formulação cristalizada, cujos sentidos, na maioria das vezes, apresentam uma carga positiva e é, justamente, esse efeito positivo que o enunciador defensor valida ao utilizar a fórmula. No entanto, a cristalização de uma expressão ou vocábulo não elimina ou engessa a sua polêmica, pelo contrário a amplia, já que como fórmula passa a se inserir em diversas formações discursivas, como reforço ou negação e, ainda, ser tema central de muitos debates sobre o(s) seu(s) sentido(s), origens e efeitos. Isso nos faz observar que o multiculturalismo integra-se à posição de

enunciador defensor não como argumento para proteger as línguas minoritárias dos países luso-falantes, perante o domínio da língua portuguesa, mas para justificar as políticas de expansão do português num mundo cada vez mais tratado como homogêneo (enunciado 8).

A questão do multiculturalismo/multilinguismo é atualmente um tema tão imposto ao campo discursivo das ciências da linguagem e conseqüentemente da política linguística que na 8ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP em 22 de julho de 2010 em Luanda foi feita a *Declaração sobre a Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP*<sup>5</sup>. A declaração reconhece a diversidade cultural e o multilinguismo interno dos países de língua oficial portuguesa “como fatores de enriquecimento a serem protegidos e valorizados”. Essa declaração traz como traço a possibilidade da heterogeneidade, porém ela é circunscrita na homogeneidade da CPLP, isto é, no fato de que todos os países da Comunidade têm a língua portuguesa como oficial.

Observando-se os enunciados 8 e 9, podemos avançar na discussão sobre “os centros de poder político de participação muito reduzida”. O enunciador também descreve um sistema internacional de pouca participação e com um poder central. De acordo com Morgenthau (2003 [1948]), um dos principais teóricos de Relações Internacionais, o sistema internacional é um conjunto de Estados, que se define a partir do interesse nacional, que é a sobrevivência do Estado, garantido pela conquista de poder. Como atualmente vivemos num sistema unipolar, centrado em uma única superpotência, essa ordem mundial centralizada a que o enunciador defensor se refere é a liderada pelos Estados Unidos. Logo, há também aqui uma referência à língua do centro de poder, no caso, a inglesa. Tal posição é ratificada pelas palavras de Arlete Mingas (2009, p.6), então diretora do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), órgão da CPLP, responsável pelas políticas para o português:

Todos os Estados Membros deveriam partilhar esta responsabilidade de criação de condições para que os trabalhos nessas instâncias (ONU e OI's) tenham a língua portuguesa como indispensável, particularmente neste momento em que se constata *uma forte e opressiva tendência glotofágica da língua inglesa no mundo* (grifo nosso).

A crise econômica de 2008 e a ascensão de novas potências como China, Brasil e Índia mostram que há possibilidade de uma nova reconfiguração dessa ordem, pela multipolaridade. Dessa forma, a difusão da língua portuguesa poderia ser uma forma tanto de defender a diversidade do mundo quanto de garantir um espaço aos países lusófonos nesse momento crucial. É essa posição que o enunciador defensor assume para justificar a inserção da língua portuguesa no mundo e uma possível redistribuição

<sup>5</sup> No dia 9 de dezembro de 2010, o presidente Lula editou o decreto nº 7.387 instituindo o Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Tal inventário é de responsabilidade do Ministério da Cultura e visa a “identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Essa medida é resultado da mobilização da sociedade civil brasileira, desde o início da década de 2000, pelo menos, e é a primeira medida em prol do multilinguismo a nível nacional no Brasil, sem estar relacionado ao ensino ou restrito às línguas indígenas. Vale ressaltar que no mesmo ano, o IBGE não cedeu às pressões da sociedade civil para elaborar o primeiro censo linguístico do Brasil, no Censo de 2010, alegando alto custo.

do poder global. Como afirmou o atual primeiro-ministro de Portugal, José Sócrates, na I Reunião Extraordinária de Ministros de Educação e Cultura da CPLP no dia 14 de novembro de 2008:

Uma nova geopolítica está em andamento, em que haverá uma divisão maior de poder no mundo. Nossos países têm de estar preparados para ocupar esse novo espaço. Aquilo que temos de mais comum, a língua, tem de ser um ativo para nosso desenvolvimento (...). Na globalização, há uma guerra sem quartel pela hegemonia das línguas. Temos que lutar pelo nosso espaço (BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA, 2008).

Novamente, como no enunciador ufanista, há a tentativa de produzir um efeito de homogeneidade. Contudo, esse efeito, dessa vez, não se refere a questões intra-comunitárias a fim de unir os países de língua oficial portuguesa, mas sim constrói uma homogeneidade em relação ao exterior, o que vai caracterizar uma identidade em relação ao outro que se encontra fora da CPLP. Podemos perceber, desse modo, que o multiculturalismo/multilinguismo é trazido para reforçar a construção da homogeneidade dentro da CPLP, desvalorizando a diferença inerente aos povos. Isso ocorre porque o multilinguismo, aqui, é levado em consideração apenas nas relações externas da comunidade. Por fim, o enunciador defensor, na busca de construir uma homogeneidade lusófona, articula um inimigo externo, relacionado à concentração de poder e à língua inglesa, de quem deve se defender. Ao retomar mitos de defesa contra inimigos, a memória construída sobre uma língua portuguesa homogênea se aproxima de uma formação discursiva colonial.

### 2.3 O Enunciador apreensivo

Definimos o enunciador apreensivo como aquele que constrói sentidos de que há algo a recear referente à política linguística almejada.

Quadro 3: Enunciador apreensivo

	Enunciados associados ao enunciador apreensivo	Documento referente	Apreensão do enunciador
9	Tendo em conta o carácter fundamental das actividades de promoção e difusão da Língua Portuguesa para o fortalecimento da CPLP no plano internacional e para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação política e da cooperação entre os seus Estados membros;	A	Atuação conjunta e cooperação dos países lusófonos na difusão da língua portuguesa. Disputas internas.
10	Considerando a dimensão e a vocação internacional da Língua Portuguesa face aos desafios crescentes colocados pela globalização;	B	Desafios crescentes colocados pela globalização.

11	O seu regozijo pela futura entrada em vigor do Acordo Ortográfico, reiterando o compromisso de todos os Estados membros no estabelecimento de mecanismos de cooperação, com vista a partilhar metodologias para a sua aplicação prática.	B	Atuação conjunta e cooperação dos países lusófonos na difusão da língua portuguesa. Disputas internas.
12	Da concertação de programas comuns para o Ensino do Português como Língua Estrangeira, com a criação de uma rede de professores certificados dos Estados-Membros da CPLP e a difusão dos sistemas de certificação do Português como Língua Estrangeira;	B	Atuação conjunta e cooperação dos países lusófonos na difusão da língua portuguesa. Disputas internas.
13	Este relatório abordará também o estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico, particularmente no que respeita aos constrangimentos relativos à elaboração do vocabulário ortográfico comum, enquanto pressuposto da sua aplicação.	C	Elaboração do vocabulário ortográfico comum.

Nesses enunciados, podemos notar o uso extensivo de formas de nomear e qualificar que afirmam ou referem-se à união dos países da comunidade e ao intercâmbio de ações, com base em expressões como políticas partilhadas, integração, inclusão (enunciado 15), ação e atuação conjunta (enunciado 16), programas comuns (enunciado 12), mecanismo de cooperação (enunciados 9 e 11), influência conjunta (enunciado 8). O enunciador, ao afirmar isso de maneira tão incisiva, parece apreensivo, inquieto com as ações da CPLP, que só se concretizariam a partir de uma união dos países da Comunidade. De certo, a união de países é fundamental para a constituição de uma comunidade de países, se é óbvio, por que o enunciador reitera que os países devem se unir ou agir de forma unida? Se observarmos o processo histórico de formação desses países, podemos avançar nesses questionamentos.

A CPLP reúne países relacionados diretamente com a questão colonial, mas de maneiras distintas. De um lado, Portugal, ex-metrópole, que reivindica uma espécie de liderança legítima da comunidade, de outro, o Brasil, maior país da organização e principal ator de língua oficial portuguesa no sistema internacional e de outro, ainda, os africanos e Timor-Leste, de passado colonial recente, ainda vivo na memória da maioria de seus cidadãos. Essa distinção, por si só, já seria motivo para impedir e dificultar a integração dos membros, que apesar da mesma língua oficial, têm culturas bastante diversas.

Como se não bastassem as distinções e oposições do passado, a construção da Comunidade baseia-se em aspectos coloniais, como aquele denominado luso-tropicalismo por Gilberto Freyre (1940; 1961), isto é, na ideia de que a colonização portuguesa, diferente das demais, criou um “modo português de estar no mundo” que reuniria atualmente todos os povos de língua portuguesa. A ideia da lusofonia<sup>6</sup>, portanto, por mais que se negue, retoma um passado, um processo identitário comum construído a partir da colonização portuguesa, que deu singularidade e unidade aos povos luso-falantes. A construção da lusofonia, que tem como base a CPLP, tal como de qualquer outro processo identitário não se dá facilmente. É necessário um elemento de união em oposição ao outro, além de desvendar e extirpar ou superar o diferente, dar novo sentido ao passado e reconstruir a memória. Todas essas ações pressupõem conflitos.

Dessa forma, portanto, o enunciador apreensivo reconhece que há discordâncias (enunciado 12) e constrangimentos (enunciado 13) entre os países da CPLP. Dentre as discordâncias no interior da comunidade está aquela marcada no enunciado 12. Ao citar no plural, a “difusão dos sistemas de certificação do português como língua estrangeira” (PLE), reconhece-se a existência de dois sistemas de avaliação e certificação de português. De fato, atualmente, a língua portuguesa tem dois sistemas de certificação de PLE, o Celpe-Bras de português brasileiro, criado em 1994 e implantado em 1998 pelo Ministério da Educação do Brasil e o CAPLE, de português europeu criado pela Universidade de Lisboa e pelo Instituto Camões em 1999. O plural, portanto, representa uma polêmica, uma cisão: duas políticas; duas línguas concorrentes, o português europeu e o português brasileiro; dois Estados soberanos, que detêm o poder de atestar a qualquer indivíduo estrangeiro a proficiência nas suas línguas nacionais. Esse traço, contudo, não impede que, o enunciador apreensivo seja marcado pela busca do consenso e da convivência harmônica. O uso do plural pressupõe o reconhecimento e a aceitação de que ambas as formas são consideradas, o que pode funcionar como apaziguamento em prol do propósito maior, que é promover a língua portuguesa.

Quanto aos constrangimentos (enunciado 13) referentes à entrada em vigor do último acordo ortográfico em 2009, esses constituem, também, uma polêmica e uma prova recente de que embates a respeito da colonização ainda estão em voga hoje. Como podemos observar nas bases do acordo de 1990 (BRASIL, Decreto 6583 de 29 de setembro de 2008), pela primeira vez se privilegiou a ortografia brasileira, estabelecendo maiores alterações na ortografia europeia. Tal mudança provocou em Portugal uma reação dura contra o acordo ortográfico que gerou, inclusive, um manifesto com 113 mil assinaturas solicitando que o parlamento não ratificasse o protocolo modificativo desse acordo. Assim, não

<sup>6</sup> Para entender melhor os conflitos e os sentidos que a lusofonia movimenta ver os trabalhos de Orlandi (2008; 2009) na área de História das Ideias Linguísticas e de Freixo (2009) na de História das Relações Internacionais.

há como negar a polêmica em torno ao acordo e o enunciador não a nega, mas minimiza-a e busca superá-la.

Esses dois casos específicos – os exames de proficiência e o acordo ortográfico – ainda que não forneçam a totalidade da dimensão da complexa rede de interações entre os países de língua portuguesa ao redor do passado colonial e da presença dessa polêmica nos enunciados da CPLP, comprovam a existência dessas divergências e dão uma ideia da posição de alguns deles sobre a construção da CPLP e da lusofonia. Nesse embate de sentidos para compor a lusofonia, o enunciador apreensivo tentará superar as divergências entre os membros da CPLP, ressaltando a cooperação entre eles (enunciado 9), na busca pelo consenso.

Portanto, o enunciador apreensivo é aquele que se constitui como ciente de todos esses problemas e vê como única forma de superação a integração e a atuação conjunta dos países da CPLP. Também ressalta o efeito de homogeneidade, só que sua evidência transparece na luta de forma mais clara, a partir da ameaça ao efeito de homogeneidade construído nos enunciados anteriormente apresentados.

## 2.4 O Enunciador idealista-apaziguador

Definimos o enunciador idealista-apaziguador como aquele que busca, imagina, sonha, que deseja um mundo em que a língua portuguesa tenha um papel de destaque.

Quadro 4: Enunciador idealista-apaziguador

	Enunciados associados ao enunciador idealista-apaziguador	Documento referente	Desejos do enunciador
14	A elaboração e execução de projectos, sempre que possível, em parceria com instituições interessadas na promoção e difusão da Língua Portuguesa;	A	Participação da sociedade civil nas políticas.
15	A assunção de políticas partilhadas, marcadas pela integração, inclusão e estruturação, com o objectivo da projecção da Língua Portuguesa como Língua Global;	B	Projeção da Língua Portuguesa como Língua Global.
16	A sua actuação conjunta no processo de efectiva mundialização da Língua Portuguesa, nomeadamente, através:	B	Efetiva mundialização da Língua Portuguesa.
17	Do apoio à introdução da Língua Portuguesa em Organizações internacionais, regionais ou agências especializadas, bem como à sua utilização efectiva em todas aquelas Organizações onde o Português já constitui língua oficial ou de trabalho;	B	Introdução do português em organizações internacionais.
18	Da concertação de programas comuns para o Ensino do Português como Língua Estrangeira, com a criação de uma rede de professores certificados dos Estados-Membros da CPLP e a difusão dos sistemas de certificação do Português como Língua Estrangeira;	B	Ampliação do ensino de PLE e dos sistemas de certificação de PLE.

O enunciador idealista-apaziguador reúne traços dos enunciadores ufanista, defensor e apreensivo, em especial quando trata da projeção da língua portuguesa. O enunciador idealista-apaziguador, assim, enumera pontos importantes de atuação política para que a língua portuguesa se torne uma língua global. De acordo com o presidente da República Portuguesa, Cavaco Silva na abertura do Colóquio “Português, Língua Global” em 25 de março de 2008:

O conceito de “língua global” significa que um determinado idioma ocupa uma posição privilegiada num grande número de países e que essa posição pode determinar que muitos outros lhe atribuam um lugar de relevo, fomentando o seu ensino como língua estrangeira. Quanto melhor cultivarmos o uso da nossa língua mais respeitados seremos no mundo e maior será o reconhecimento do valor universal da lusofonia (...) No mundo globalizado dos nossos dias, a língua deve ser valorizada como uma vantagem competitiva” (PORTUGAL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008).

Se o enunciador ufanista e o defensor buscam construir um efeito de homogeneidade intra e extracomunitário respectivamente, articulando aliados (a língua portuguesa comum, a sociedade civil) e opositores (diversidade cultural dos países, a língua inglesa, os Estados Unidos) e se o enunciador apreensivo descreve uma ameaça a esse efeito (divergências e disputas internas, passado colonial ainda não superado), o enunciador idealista-apaziguador busca silenciar a polêmica, o embate de vozes para solidificar a homogeneidade, ao redor de uma única voz, uma monofonia, um projeto único para a difusão da língua portuguesa, como um plano de metas.

Sob o ponto de vista neorrealista das Relações Internacionais (WALTZ, 2002), cada país de língua portuguesa, com sua soberania, identidade e interesse nacionais viu na CPLP muitas possibilidades para o seu fortalecimento. Contudo, à medida que a concretização das políticas para a promoção da língua portuguesa só é possível através da Comunidade (da homogeneidade, da integração), toda a articulação ao redor da elaboração de uma pauta única de objetivos para esse propósito também age no apagamento, na superação de oposições históricas entre os países - heterogeneidade, disputas, passado colonial. O efeito dessa enunciação gera sentidos de maior integração, que atua na forja de uma identidade supranacional, a lusofonia, que trará mais vantagens, sobretudo econômicas e geoestratégicas para todos os membros da CPLP. É dessa forma que o enunciador idealista-apaziguador busca superar a heterogeneidade.

Como já apontamos, a constituição de uma comunidade de países em torno de um passado colonial comum gera polêmica e estimula debates, sobretudo, se tal comunidade é um ato com traços de neocolonialismo. Ainda que a memória colonial portuguesa

circule no imaginário social português e em muitos discursos sobre a língua portuguesa, inclusive nos da CPLP, o que se observa é a predominância de um efeito de homogeneidade. Esse efeito se manifesta tanto no enunciado, no modo de enunciar, na abordagem temática do multiculturalismo, como na própria condição de existência da CPLP, passando pela crença de que juntos esses países terão maior força no cenário internacional. Como defende a angolana Amélia Arlete Mingas (2009, p. 4):

Não avançar no sentido da normalização institucional, das instâncias comprometidas com a língua portuguesa, é deixar ao livre arbítrio dos específicos interesses nacionais, não apenas o ritmo como o alcance das políticas, com as consequências nefastas que daí podem resultar (...). A soberania da língua deve ser partilhada e, a valorização das instâncias de coordenação, como o IILP, pode ser decisiva *para a não nacionalização dos processos de desenvolvimento da língua* (grifo nosso).

Todavia, nessa tentativa de língua global homogeneizante, em relação às nações de língua oficial portuguesa, o português brasileiro ganha espaço, enquanto o europeu o perde, como vimos no acordo ortográfico e como nos mostra Zoppi Fontana com sua concepção de língua transnacional. Uma língua transnacional é definida

a partir de sua projeção imaginária sobre outras com as quais se encontra em relação de disputa pela dominação histórica de um espaço de enunciação transnacional, representando-se como cobertura simbólica e imaginária das relações estabelecidas entre os falantes das diversas línguas que integram esse espaço. Trata-se de uma língua nacional que transborda as fronteiras do Estado-Nação no qual foi historicamente constituída e como o qual mantém fortes laços metonímicos (ZOPPI-FONTANA, 2009, p. 21-22).

Zoppi-Fontana (2009) descreve um novo período do processo de gramatização do português brasileiro envolvendo a língua transnacional, que se inicia a partir dos anos 1990 com a globalização, a formação de blocos regionais, a ascensão do neoliberalismo e a expansão da internet. Esse processo é “marcado por uma série de acontecimentos linguísticos<sup>7</sup> que sinalizam uma nova dimensão da língua brasileira, que passa a ser significada a partir de uma dupla determinação discursiva como língua nacional e como língua transnacional” (ZOPPI-FONTANA, 2009, p. 17). Soma-se a esse processo de transnacionalização da língua brasileira outro processo, discursivo e político que identificamos no discurso da CPLP, de homogeneização da língua portuguesa em todo o mundo. Sendo que tais processos não são necessariamente excludentes, pois há a negociação, a incorporação, a aceitação do Brasil como seu líder natural e como uma espécie de nova base da língua<sup>8</sup>. Esse processo de transnacionalização do português brasileiro ganha ainda mais força na década de 2000 com o grande crescimento

<sup>7</sup> A partir de Orlandi (2008 [1990]) e Guimarães (2005), podemos descrever o acontecimento linguístico como um acontecimento que muda a relação política e histórica da língua com seus sujeitos e outras línguas, e consequentemente a produção e circulação de conhecimento sobre essa língua.

<sup>8</sup> O então ministro da cultura de Portugal Pinto Ribeiro afirmou em reunião com o ministro da Cultura do Brasil que: “Neste momento, nós percebemos não só que o Brasil é muito maior, mais importante, mais rico e mais poderoso do que nós, mas que, independentemente das dimensões e dos tamanhos, somos, todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, iguais”, disse (grifo nosso) (BRASIL, MINC, 2008).

econômico dos BRIC, com a crise financeira dos países centrais do capitalismo em 2008 e com o Brasil ampliando seu status no cenário internacional<sup>9</sup>.

Desse modo, para sobreviver no ambiente linguístico globalizado e competir no mercado linguístico, o português deve jogar as regras do jogo, ou seja, as do mercado. Essa língua homogeneizante é uma língua que sofre um processo de capitalização linguística. De acordo com Zoppi-Fontana (2009, p. 37): “o processo de capitalização linguística se caracteriza por investir uma língua de valor de troca, tornando-a ao mesmo tempo em bem de consumo atual (mercadoria) e um investimento em mercado de futuros, isto é, cotando seu valor simbólico em termos econômicos”.

Isso pode ser comprovado pelo acordo ortográfico que tem como principal justificativa a unificação dos mercados comerciais ou pela pesquisa para descobrir qual o valor da língua portuguesa sobre o PIB de Portugal<sup>10</sup> ou ainda o verdadeiro mercado de ensino de PLE que vem se instalando, comprovados nos trabalhos de Zoppi-Fontana (2009) e Diniz (2010).

Podemos concluir, portanto, que o enunciador busca um efeito de homogeneidade ao mesmo tempo que silencia a polêmica instaurada na CPLP. Por consequência, temos um processo de homogeneização da língua portuguesa, uma língua voltada para o mercado num contexto global, em que o português brasileiro ganha espaço como base dessa língua, enquanto o português europeu o perde. Tal processo não significa que as heterogeneidades linguísticas de cada país estão sendo ou serão apagadas. Dificilmente isso ocorreria, porque uma série de fatores históricos atua a favor dessa heterogeneidade. Mas a identificação desse fenômeno, em pleno curso, nos faz pensar que um novo português pode surgir, fruto desse conflito, desses dois processos em embate, de homogeneidade e heterogeneidade, de gramatização de um português internacional e de gramatização dos *portugueses* nacionais.

### 3. Fabrica-se um “novo português”?

A partir do estudo de textos produzidos pela CPLP, foi possível observar que um (super)enunciador se institui a partir de várias facetas que criam e reforçam sentidos de homogeneidade linguística e política, silenciando ou minimizando heterogeneidades na constituição desse conjunto de países. É justamente em torno desse efeito homogeneizante que o enunciador constrói a univocidade do seu discurso político-normativo e tenta superar a polêmica em torno dos países e dos sentidos de língua portuguesa. Por consequência, observamos, assim, um processo de homogeneização da língua portuguesa, capaz de justificar a sua possibilidade de atender o mercado global. Mas, como apontamos, essa é uma construção político-linguístico-discursiva que não necessariamente irá se concretizar, já que a gramatização nacional

<sup>9</sup> Uma série de outros acontecimentos, em parte consequências desse momento ajudam a compor esse cenário: mobilização do Brasil no G-4, ao lado da Alemanha, Índia e Japão para reforma do Conselho de Segurança da ONU; criação do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) em 2003; criação da União das Nações Sul-americanas (Unasul) em 2008; a reforma no FMI com a ampliação da participação brasileira em 2010; a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, além da ampliação de posto diplomáticos no exterior e a da diversificação de parceiros comerciais durante o governo Lula (2003-2010).

<sup>10</sup> Pesquisa intitulada *O Valor Econômico da Língua* foi encomendada pelo Instituto Camões em setembro de 2007 e desenvolvida pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) em 2008, com o intuito de descobrir qual o valor da língua portuguesa sobre o PIB de Portugal. Após levar em consideração, a participação da língua em setores como “agricultura, eletricidade; indústria; construção; serviços de mercado e outros” chegou-se a marca de 17,010% do PIB (ESPERANÇA & ISCTE, 2008). Tal iniciativa foi apoiada pela Declaração Final da Reunião Extraordinária de Ministros da Educação e da Cultura da CPLP em 14 e 15 de novembro de 2008, que registrou o propósito de todos os países da CPLP fazerem pesquisas referentes ao valor econômico da língua portuguesa.

das diferentes línguas portuguesas está em pleno curso e a heterogeneidade linguística se manifesta em qualquer ato ou acontecimento discursivo da língua portuguesa. Por mais que se tente, as vozes permanecem, ainda que nem sempre possam ser ouvidas, esse “novo português” que identificamos é fruto dos conflitos e negociações entre esses movimentos: o de homogeneização - para se fortalecer no mercado global -, e o de heterogeneização das línguas portuguesas nacionais, com seus processos de gramatização em ambientes linguísticos amplamente heterogêneos, de língua autóctones e alóctones, minoritárias e nacionais.

### **Abstract**

*This paper presents a discourse analysis of declarations and resolutions issued by the Community of Portuguese Language Countries (CPLP), in order to identify features of language policies for the promotion and dissemination of Portuguese, widespread in the last decade. We start with the idea of ethos and polemic (MAINGUENE-AU, [1984] 2007) to identify four positions/enunciators, which are: the patriotic-boastful, the defender, the apprehensive and the idealistic-reliever. In statements analyzed, we found that these different images of themselves construct an apparent idea of linguistic homogeneity, which aims to overcome the heterogeneity of the CPLP. Thus, polemics are silenced and we note that is under construction a new sense of the Portuguese language, with homogenizing force in opposition to one already in progress, which is based on the social and historical process of grammatisation and heterogenization of the national Portugueses languages.*

**Keywords:** *language policy; CPLP; promote the Portuguese language; ethos; polemic.*

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Decreto nº 7.387 de 9 de dezembro de 2010. Instituto do Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm)> Acesso em: 08 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.583 de 29 de setembro de 2008. Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6582.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6582.htm)> Acesso em: 10 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. MinC (Ministério da Cultura). CPLP quer o português como língua oficial na ONU, 15 nov. 2008. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/11/15/cplp-quer-portugues-como-lingua-oficial-na-onu/>> Acesso em: 17 mar. 2009.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Disponível em: <<http://www.cplp.org/>> Acesso em: 26 jan. 2010.

DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. *Mercado de Línguas: a instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira*. Campinas: Editora RG, 2010.

DINIZ, Maria Helena. *Dicionário Jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2005.

ESPERANÇA, José Paulo & ISCTE, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. *Uma abordagem eclética do valor da língua: a influência global do português*. Lisboa: ISCTE, 2008. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/noticias-ic-portugal/lingua-representa-17-do-pib-em-portugal.html>> Acesso em: 14 jan. 2010.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986 [1969].

FREIXO, Adriano de. *Minha Pátria é a língua portuguesa: A construção da lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

FREYRE, Gilberto. *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

\_\_\_\_\_. *O Mundo que o Português Criou*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1940.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2005.

HEYWOOD, Andrew. *Ideologias políticas (v.2): do feminismo ao multiculturalismo*. São Paulo: Ática, 2010.

HISTÓRIA SIGLO 20. Disponível em: <<http://www.historiasiglo20.org/HE/6c.htm>> Acesso em: 10 nov. 2010.

KRIEG-PLANQUE. *A noção de "fórmula" em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola, 2010.

LEWIS, M. Paul (edit). *Ethnologue: Languages of the World*. Dallas: Sil International, 16ª edição, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. Curitiba: Criar, 2007 [1984].

MARIANI, Bethania. *Colonização Linguística*. Campinas: Pontes Editores, 2004.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MINGAS, Amélia Arlete. A língua portuguesa e a sua dimensão comunitária no quadro da CPLP. In: ExpoLíngua, Lisboa, 4 a 6 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.google.com.br/#num=20&hl=pt-BR&biw=1003&bih=583&q=%22A+l%C3%ADn-gua+portuguesa+e+a+sua+dimens%C3%A3o+comunit%C3%A1ria%22+no+quadro+da+CPLP&aq=f&aqi=&aql=&oq=&fp=b-0b8123ace4b70c8>> Acesso em: 10 jun. 2010.

MORGENTHAU, Hans. *A Política entre as Nações*. Brasília: FUNAG/IPRI, Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista*. Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo. Campinas: Unicamp, 2008.

\_\_\_\_\_. *Língua brasileira e outras histórias*. Discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

PORTUGAL. Presidência da República. Discurso do Presidente da República Portuguesa na abertura do Colóquio “Português, Língua Global”, 25 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=14353>> Acesso em: 23 nov. 2009.

PRÊMIO NOBEL. Disponível em: <<http://nobelprize.org/>> Acesso em: 01 nov. 2010.

SILVA, Diego Barbosa da. *De Flor do Lácio à Língua Global: uma análise discursiva das relações de poder nas políticas linguísticas para a promoção, a difusão e a projeção do português da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*. Dissertação (Mestrado em Letras/Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

WALTZ, Kenneth. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gra-diva, 2002.

ZOPPI-FONTANA, Mónica (org.). *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: Editora RG, 2009.